

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

GESTÃO SOCIAL
Controle Social sobre o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços

Campina Grande, PB

Dezembro/2007

Maria de Lourdes Barreto

GESTÃO SOCIAL
Controle Social sobre o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços

Monografia apresentada com requisito à obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação do prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello.

Campina Grande, PB

Dezembro/2007



B276g Barreto, Maria de Lourdes.
 Gestão social: controle social sobre o PRONAF Infra-
 Estrutura e Serviços. / Maria de Lourdes Barreto. -
 2007.

55 f.

Orientador: Professor Dr. Paulo Décio de Arruda Mello.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) -
Universidade Federal de Campina Grande; Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável.

1. PRONAF Infraestrutura e Serviços. 2. Agricultura
familiar. 3. Controle social. 4. Política pública e
controle social. 5. Participação em políticas públicas.
6. Território do Alto Sertão Alagoano. 7.
Desenvolvimento territorial. 7. Água Branca - AL -
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Sustentável. 8. Sociologia rural. I. Título. II.
Mello, Paulo Décio de Arruda

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

Maria de Lourdes Barreto

GESTÃO SOCIAL

Controle Social sobre o PRONAF Infra-estrutura e Serviços

Esta Monografia foi julgada em ____ / 12/ 2007 para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, e aprovada na sua forma final pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, com conceito _____, pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello
Orientador

Profa. *M.Sc.* Eronildes Câmara
UFCG

Profa. *M.Sc.* Fernanda Leal
SAF/MDA

Campina Grande, PB
Dezembro/2007

DEDICATÓRIA

O presente trabalho é resultado de uma caminhada junto aos movimentos sociais, os quais desde a década de 80, tenho inserção. Contudo, nesta caminhada, muitos passaram e deixaram sua contribuição as quais consolidaram meu olhar sobre a realidade e participação nos movimentos. Assim sendo, dedico este trabalho a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram. Porém, em especial, as mulheres dos bancos comunitários de sementes, grupos de mulheres de Inhapi e Água Branca, as quais sempre lutaram pela defesa da vida nos diversos espaços. Em especial a minha mãe, Maria Judite Barreto e Maria Quitéria Ferreira dos Santos, a qual na caminhada ajudou-me a entender, o mundo em que vivo e a definir uma postura social ao longo dos anos.

Contudo, não poderia deixar de agradecer ao governo a oportunidade, proporcionada aos que estão inseridos nos seus território, tentando a partir de sua experiência construindo e desconstruindo processos para o exercício da cidadania Assim, agradeço a oportunidade. Logo, também ofereço aos professores que ao longo do curso, interagiram conosco teoria e pratica ajudando-nos assim, a revemos conceitos e praticas A todos(as), meu obrigado. Agradeço ao nosso bom Deus pela vida e saúde, a qual contribuiu para viver este momento.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBS- Comunidades Eclesiais de Base

CEDRAFA- Conselho Estadual

CIAT- Comissão de Implementação de Ações territoriais

CIMI- Conselho Missionário Indiginista

CMDRS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG - Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNT- Departamento Nacional dos Trabalhadores

EMATER – Empresa De Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAG- federação dos Trabalhadores na Agricultura

Fórum Dlis- Fórum de Desenvolvimento Local

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

LISTA DE ANEXOS

Entrevistas

Resumo do monitoramento das obras realizadas através do PRONAF no período 1998 a 2005 no Território do Alto Sertão Alagoano.

RESUMO

Este Trabalho traz uma abordagem sobre controle social, o qual analisara se o mesmo existe ou não a partir de uma experiência durante a implementação de uma política publica. Assim sendo, será analisado através de um elemento da gestão que é a participação. A mesma compreendida como um elemento fundamental para o exercício da cidadania dos atores sociais.

INTRODUÇÃO

A idéia, de participação e controle sobre do que é publico, perpassa a nossa historia. Contudo, controle social sobre a mesma na perspectiva do bem comum através de espaços institucionalizados é recente. Logo, o presente trabalho vem ressaltar como vem se dando e/ou existe controle social por parte dos atores na política publica PRONAF Infra-Estrutura e Serviço no Território do Alto Sertão Alagoano, o qual abrange 8 municípios e compreende uma área de 3.935,3 Km e com uma população de 158.941 habitantes.

O referido Território, apresenta uma diversidade de atores sociais em crescente atuação, os quais se interagem constantemente em novos espaços institucionais como o caso da CIAT. Assim sendo, o trabalho analisa, através de um estudo de caso, a participação deles a partir do CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - de Água Branca, então espaço de tomada de decisão e monitoramento acerca do PRONAF, onde foi percebido um crescimento qualitativo na participação de vários segmentos sociais. Até ali, apesar de algumas mobilizações, era avaliado como algo muito difícil reunir condições para a uma participação efetivamente cidadã por vários atores diante do poder tradicional e suas formas de dominação.

Isto posto, o trabalho procura resgatar a contribuição já dada pelos atores sociais no âmbito do CMDRS de Água Branca na política pública PRONAF, assim como avaliar como agora se insere em novos formatos institucionais. Propõe-se, portanto, apontar alguns desafios advindos com os novos recortes territoriais e suas arenas políticas.

Para tal análise, o procedimento há ser utilizado, são entrevistas semi-estruturadas, com os atores sociais do município de Água Branca, onde, as mesmas ocorreram com atores cuja trajetória são pessoas que tem uma caminhada juntos aos movimentos sociais, que atuaram e atuam no CMDRS e atualmente, estão inseridos nas discussões do território(CIAT).

Assim, analisar a pratica dos mesmos a partir das entrevistas individuais e coletivas, com objetivo de analisar os dados a luz da teoria, para detectarmos, como vem se dando a participação e/ou o controle social dos mesmos no tocante a política publica PRONAF Infra-Estrutura e serviço, bem como, se os mesmos apontam indícios de controle social na dinâmica territorial.

CAPÍTULO I

I. Pressupostos Teóricos:

Compreender o objeto de estudo deste trabalho que "analisar como vem se dando o controle social sobre a linha de atuação do PRONAF, no território do alto sertão alagoano, que tem como espaço privilegiado para desenvolvimento desta política o CMDRS (conselho de Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), implicar em explicitar alguns pressuposto teóricos e/ou categorias que fundamentam, teoricamente esta análise. Portanto, tratamos três categorias que ajudaram a compreender o objeto de estudo: primeiro a perspectiva que apontamos de controle social, segundo a conceituação de participação e terceiro a concepção de conselho, já desembocando no CMDRS.

Primeiro, o Controle Social, tem sido como categoria muito presente nos estudos que testam de gestão de políticas públicas, devido a necessidade de a população participar mais efetiva e qualitativamente dos espaços constituídos. Controle Social aqui compreendido. Enquanto processo de envolvimento da sociedade civil organizada, no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Um processo de participação efetivo que implica uma intervenção qualificada desde a formulação e implementação à análises dos impactos de tais políticas.

Segundo Andrade (2004), a noção de controle social esta diretamente vinculado a idéia de constituição de uma esfera pública democrática que possa viabilizar o controle dos governantes pela sociedade. Nesta perspectiva a idéia básica que autora trabalha é que, controle social, reside na possibilidade "de grupos organizados influencie, e decidiram sobre o tipo de sociedade e de ação governamental necessária ao bem estar da coletividade, além de manter mecanismos de avaliação das ações dos governantes". Isto prossegue a institucionalização de instrumentos de controle social do setor público pela sociedade a exemplo dos Conselhos de gestão, que tem o papel não apenas de fiscalizar os recursos públicos, como também de definir prioridades e estratégias de atuação.

A concepção de controle social aqui esboçada, compartilhada com a definição de Andrade remete o entendimento de um processo de ação/reflexão e reflexão / decisão, pelos órgãos executores e agentes sociais, de modo que o aperfeiçoamento de praticas seja o resultado da interação e um aprendizado.

Um outro elemento importante do controle social é o fato dele exigir a construção de mecanismo, espaços, normas instrumentais que garantam a participação dos atores sociais no desenvolvimento das políticas públicas. Isto exige da população acesso às informações, mudanças de valores e comportamentais e fortalecimento de uma cultura de decisão. Exige da sociedade uma cultura para gestão de recursos (humanos, financeiros, ambientais, culturais e organizacionais), mas também de uma gestão de interesses.

Como reforça Andrade (*op. cit.*), para que as pessoas se mobilizem em torno do exercício do controle social das políticas públicas é necessário existir nestas pessoas uma noção de ser sujeito portador de direito e, sobretudo, de sentimento do bem público. Ou seja: incorporar o sentido de “apropriação coletiva” de sentirem-se donos do que é público. Não para privatizar o estado como as elites fizeram e o faz no Brasil, mas para publicizar o estado, para que ele realmente reine os interesses público.

Controle social pressupõe a formação de cidadãos, capazes de escolher o seu poder, respaldado legalmente na Constituição. Cidadãos organizados para usufruir e decidir sobre o bem da coletividade. Uma outra categoria que nos referencia-mos para fazer esta análise foi a da participação .

O tema participação e as formas de participação política de diversos atores sociais não são recente na história da sociedade brasileira e nem nos estudos das ciências políticas. Todavia, a terminologia da participação vinculada à intervenção da sociedade nos espaços públicos e nos processos de introdução de tomada de decisões é mais recente. Esta ligada ao processo de redemocratização política por que passou o Brasil na década de 80, sobretudo a participação associada à luta por acesso aos direitos e a cidadania.

Gohn (2003), ao tratar da categoria participação, vem afirmar que apesar das práticas e vivências históricas, as compreensões do conceito de participação ainda é algo que necessita ser decifrado, desde aos vários significados que o termo “participação” assumiu ao longo das décadas . Neste sentido, ela vai dizer que existem formas diferentes de conceber participação e, nessa analogia o mais simplificado possível, distingue quatro formas de participação: liberal, autoritária, revolucionária e democrática.

Segundo Gohn (*op. cit.*), a participação liberal está fundamentada nos princípios de liberalismo que tem a liberdade individual como central. Nesta forma, a participação visa ao fortalecimento da sociedade civil para evitar a ingerência e controle do estado na vida dos cidadãos. Aqui a participação assume o significado de buscar ampliar os canais de informação dos indivíduos. Para que eles possam expressar suas vontades antes de tomadas de decisões. E

a intervenção a intervenção governamental que, para os liberais, é burocrática, atrasada, impede as liberdades individuais.

Desta concepção de participação liberal deriva duas vertentes: participação corporativa e participação comunitária. A primeira é entendida como “momento espontâneo dos indivíduos”, que não se vincula o interesses de classe ou particulares uma espécie de concordância com a ordem social vigente em defesa do “bem comum”. O que caracteriza como participação é a motivação dos indivíduos para se envolver em uma causa. Uma espécie de adesão “espiritual” que não se busca numa lógica racional. A segunda (participação comunitária) entende que o fortalecimento da sociedade civil se dá via integração das organizações aos aparelhos de poder do estado. Uma participação institucionalizada onde os interesses privados e publico podem se fundir. As duas formas de participação liberal (corporativa e comunitária) baseiam-se numa visão de estado como um entre “próximo do bem comum” da sociedade, portanto não aparecem os interesses e conflitos de classes. A centralidade dessa concepção é o individualismo.

A terceira concepção é a de participação Revolucionaria. Esta se baseia numa estrutura de organização grupal, coletiva, comitês na sociedade para tentar construir relações de dominação imposta pelo capitalismo, bem como luta pela divisão de poder político. Tem clara a relação de classe na sociedade e o partido serve o instrumento principal para a tomada de poder, que pode ser nas marcas do isolamento jurídico ou ser radicalização (luta armada).

Ainda nesse mesmo sentido Gohn (*op.cit.*), as teorias desta concepção sugerem a criação de estruturas paralelas como meio de questionar o poder dominante e deslegitima-lo.

A quarta concepção é a participação democrática. Esta se baseia no principio de soberania popular enquanto instrumento “regulador” de relação sociedade civil e estado. Nesta concepção o sistema representativo, via processo eleitoral, é o critério para a representação institucionalizada.

A concepção de participação democrática deriva a “participação democrática radical”. Esta parte do entendimento que na sociedade existem interesses de classes, conflitos e que se contrapõem e, portanto, estes interesses se explicitam nos espaços de democracia representativa. Estão o objetivo e fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos de uma nova realidade, sem exclusão, sem injustiça e com igualdades de direitos.

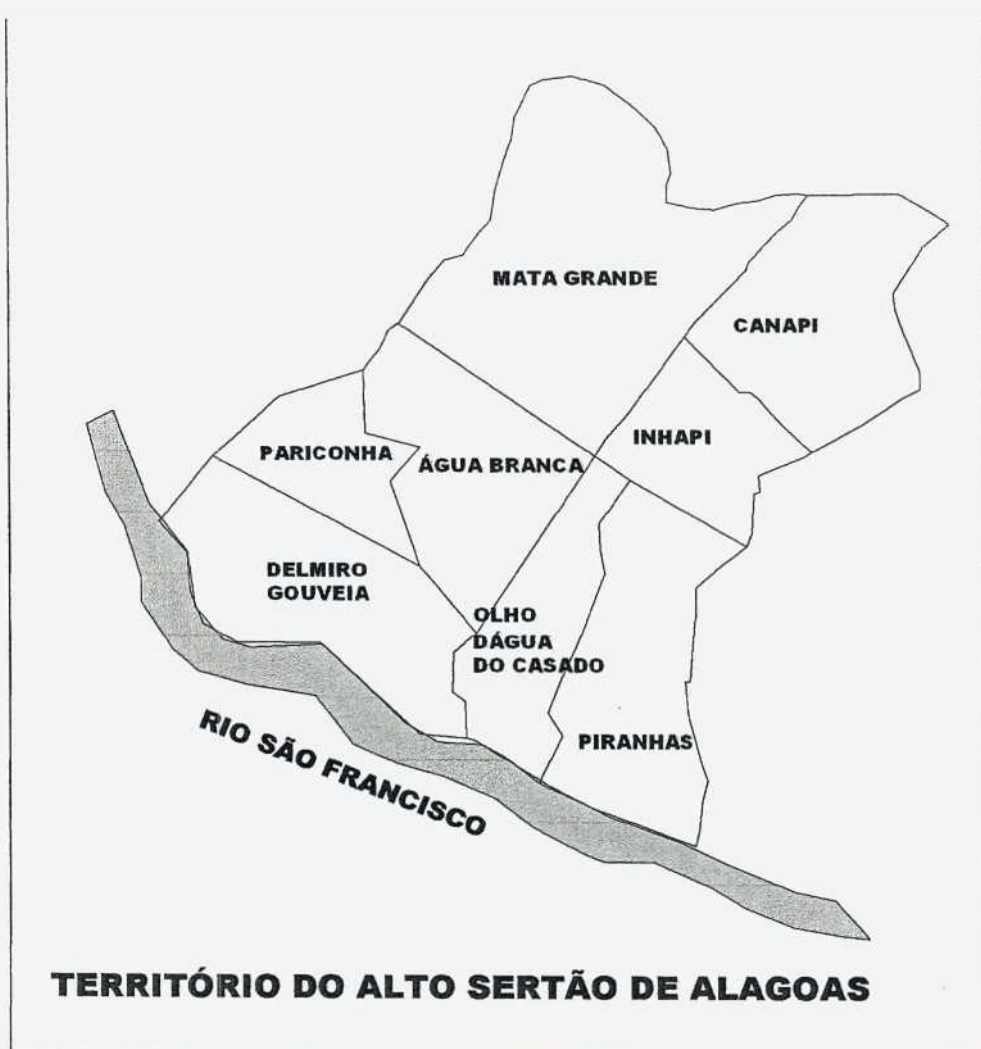
O pluralismo é a moral da participação democrática radical para os diversos atores sociais que interagem na sociedade civil popular, movimentos sociais, de entidades de classes, partidos, ong's, assumem o mesmo nível de importância. No processo que envolve a participação popular os indivíduos são considerados cidadãos. Então, a questão de cidadania

torna-se central e a participação inclui as lutas sociais em defesa dos direitos e as lutas pela garantia do exercício do poder compartilhado nos aparelhos do estado. Logo, um outro pressuposto e a compreensão sobre conselhos o quais segundo Gohn, os mesmos na história, não são recente, porém, conselho gestor no cenário Brasileiro surge no século XX e a mesma considera três tipos: os criados pelo poder publico executivo para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares; os populares, os quais são construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociação com o poder publico; e os institucionalizados, com possibilidade de participação da gestão dos negócios públicos, os quais surgiram através das pressões das sociedade civil. Neste sentido, o presente trabalho dialogara com as concepções aqui explicitas sobre participação, controle social e conselho gestor (institucionalizado), onde a partir do dialogo, poderemos analisar, se o caminho percorrido pelos os atores sociais do alto sertão alagoano, têm indícios dos mesmos na sua construção quanto cidadãos em processo do exercício da cidadania.

CAPITULO II

1. Caracterização do Território e retrospectiva dos atores em construção nos espaços institucional.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO



Municípios do Território do Alto Sertão

*O território do Alto Sertão compreende 08 municípios do sertão alagoano, três deles são margeados pelo rio São Francisco e os demais fazem parte da região serrana do sertão, conforme mostra o quadro abaixo:

<i>Território do Alto Sertão</i>	<i>Microrregião Serrana do Sertão Alagoano</i>	<i>Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco</i>
	Água Branca Pariconha Mata Grande Inhapi Canapi	Delmiro Gouveia Olho D'Água do Casado Piranhas

O território apresenta uma área 3.935,3 Km com uma população de 158. 941 habitantes a qual conta com indígenas, quilombola, ribeirinhos. O mesmo.

conta ainda, com populações descendentes de índios que tiveram seus aldeamentos extintos a partir da segunda metade do século 19. As aldeias passaram a ser terras devolutas que eram transformadas em vilas ou redistribuídas.

A população indígena é composta de três aldeias localizadas no município de Pariconha, uma em Inhapi e outra em Água Branca. No município de Inhapi a única aldeia existente é a Koiupanká; e em Água Branca é a Kalankó.



*1. A vocação do território encontra na atividade agro-pastoril sua base econômica, embora, haja pouco ou quase nenhum beneficiamento dos produtos oriundos da economia primária do desenvolvimento. As principais atividades desempenhadas é caprino-ovinocultura, bovinocultura, cultivo de milho e feijão. A estrutura fundiária é formada basicamente por pequenas e médias propriedades, onde grandes propriedades detêm a maior área. Há eminente potencial no campo turístico em função de atrativos culturais, científicos e ecológicos. O clima, as riquezas naturais, o potencial agrícola e outros indicativos positivos de sua construção que associados a fatores políticos, sociais e econômicos tornam o território propício a uma situação de progresso vindouro.

*Dados retirados do diagnostico realizado durante a implementação da CIAT do Alto Sertão

O referido Território, além das potencialidades em termo de vocação produtiva ainda conta com uma fabrica de tecidos a qual desde a fundação da cidade, deu sustentabilidade as famílias da região, hoje em nível menor, por conta da redução e mão de obras as quais forma substituídas por maquinas mais veloz. Por ser um território, o qual em 3 dos municípios, passa

um BR, a rotatividade de pessoas, ajuda no que hoje é muito forte na região: Prostituição, drogas. A região é muito violenta, tanto em casos de mortes por assuntos não apurados, quanto em termo de pleito eleitorais, onde ainda predomina uma oligarquia bastante forte e organizada..

No tocante a questão organizacional na década de 80, auge das CEBS (comunidade eclesiais de base), a mesma contribuiu e muito, no processo de constituição de espaço de discussão, formação e de reivindicação por parte de diversos atores sociais em construção. O Alto Sertão espaço de fortes oligarquias, não tinha sindicatos combatíveis, logo foi um dos alvos e investimento das cebs, no tocante a organização dos mesmos. Surgindo assim, um grupo organizado no município de Inhapi, o qual a custa de formação através da CEB's e do Sindicato dos Urbanitários e o Departamento Rural da CUT Alagoas, enfrentando capangas da oligarquia local, o sindicato muda o perfil, tendo aí, uma direção com trabalhadores(as) rurais, sendo o segundo a nível de estado nesta categoria a se filiar a CUT- Central Única dos Trabalhadores..

Um outro aspecto organizativo deu-se ainda nesta década que foi o surgimento de bancos comunitários de sementes, onde os mesmo tinham como objetivo, ter semente de qualidade para o plantio, visto que, o controle da mesma sempre foi dos gestores da época, causando assim, uma dependência por parte dos trabalhadores. O mesmo surgiu em Tabuleiro, município de Água Branca. Em seguida, a pratica amplia-se para o município de Inhapi, através do sindicato. O mesmo passa a ser o berço de gestação e/ou construção de lideranças troca de experiências, espaço de formação política para os atores do referido território. Ainda na década de 80, surge o assentamento dos trabalhadores sem terra no município de Delmiro Gouveia, sendo o primeiro do Estado de Alagoas, e tinha como direção de trabalhadores do sindicato do município de Inhapi.

Todavia, esta década não foi marcada apenas com estas iniciativas, no município de Água Branca surge os Posseiros da Serra do Paraíso, que impulsiona a luta pela tomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais e este Trabalho é acompanhado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), que surge através de lideranças do território com apoio das CEB's, visto que os Padres e Freiras que animavam o processo da mesma, os quais estavam sendo expulsos do território a pedido das oligarquias locais com o consentimento da Diocese, de Palmeira dos Índios - AL.

Mesmo, diante deste fato, o processo continuou e a CPT animou o processo de organização e assim, o sindicato de Delmiro Gouveia e Água Branca, tem uma outra

roupagem, todos filiados a CUT, animando o processo da luta pela terra, dos Bancos Comunitários de Sementes, grupos de mulheres no território. Portanto faz necessário registrar que neste território um dos primeiros municípios a implementar o Partido dos Trabalhadores, foi o Inhapi, onde na mesma década já tinha candidatos a prefeitura e câmara do referido município.

Na década de 90, é o auge da discussão sobre associativismo, logo, no estado e no território a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), desenvolve o trabalho de constituição de associações, porém na perspectiva de garantir projetos compensatórios, mas, o movimento social tentar fazer diferente e segue, constituindo assim, a CEAPA (Central Estadual das Associações de Pequenos Produtores de Alagoas), tendo como direção trabalhadores de Inhapi. Assim, o referido território, tem um leque de espaços representativos de discussões e proposições bastante representativas e, os mesmos se mobilizam em nível de estado nas discussões do “Grito da Terra”, o qual foi um dos espaços que contribuiu para constituição da política PRONAF. Porém, vale ressaltar, que este “palco “ (Alto Sertão) sempre foi de repressão, perseguição por parte das oligarquias; contudo, não impediu as discussões e crescimento das organizações dos diversos segmentos e atores. Assim vai surgindo, outros assentamentos, grupos de mulheres, bancos comunitários, e a discussão/busca por uma política voltada aos pequenos trabalhadores.

Contudo, não são apenas estes os movimentos existentes, o CIMI(Conselho Missionário Indigenista) tinha uma ação no território, visto a quantidade de povos indígenas existente. O fórum DLIS (Fórum de Desenvolvimento Local) esteve presente na década de 90 nos oito municípios do referido território, contando ainda com o instituo Xingo, o qual desenvolvia um trabalho junto a algumas comunidades. Uma outra organização que esteve presente foi a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas). No município de Delmiro Gouveia

Surge assim, o PRONAF na metade da década 90, onde alguns desses atores participaram. Logo, as lutas constantes das organizações passam a ser, como trabalhar o que são os “conselhos”, pois era necessária a compreensão, para uma construção, e/ou garantia dessa política conquistada para os trabalhadores.

Portanto, faz necessário, pergunta: Quais elementos estão visíveis neste processo de controle social? de participação? Como os atores interagiram neste espaço institucional? O qual tem como base uma política publica, a qual foi resultante das lutas dos movimentos sociais e ong's e que através de representação deveria compor este conselho, para: propor

decidir e fiscalizar. Todavia teriam que fazer isso juntamente com os gestores (oligarquias) a partir de um espaço definido em termos de composição, representação. O qual é o CMDRS.

Desta maneira, enfocar um pouco o que é o PRONAF, faz necessário para dialogamos sobre a concepção de participação, e de controle social, para percebemos assim, qual a contribuição dos atores neste movimento de construção de espaços institucionais, visto que, hoje alguns interagem no atual espaço que é o Território a Comissão de Implementação de Ações Territoriais (CIAT), logo faz necessário sabemos que herança de controle o mesmos estão trazendo para este espaço que é uma arena de interesses diferentes, de proposições de serviços públicos e de fiscalização. No capítulo seguinte, traz uma abordagem do que é o PRONAF- Infra Estrutura e Serviços, para que no terceiro possamos comparar e percebemos o que de fato esta em movimento/construção pelos atores sociais constituído, neste Território. Contudo vale ressaltar que o presente trabalho, apresenta um política, para a parti de estudo de caso, analisar, como foi a participação dos atores, tentando assim, detectar ou não indícios de controle social, e como os mesmos (atores) estão inserido no Território, e como tem sido esta participação, e/ou intervenção quanto autores sociais nos espaços de implementação de políticas publicas.

CAPITULO III

I- PRONAF Infra - Estrutura e Serviços – Um Pouco da Historia.

O PRONAF Infra-Estrutura e Serviço, segundo Schneider (2004), surge dentre os acontecimentos de esfera da políticas publicas para o meio rural, brasileiro, pois na década, de 1990, os agricultores familiares, denominados de pequenos produtores, produtores de baixa renda, ou agricultores de subsistência é reconhecido pelo Estado em relação a sua especificidade com uma nova categoria social. Os agricultores familiares, de modo geral, até o inicio da década de 1990 não possuíam nenhum tipo de política publica voltada para Agricultura Familiar.

Com a abrangência nacional para este segmento social. Para isso é preciso lembra que o contexto do inicio da década, agricultura brasileira, e afetada pelo forte processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que submetiam a uma concorrência com Países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos 80, particularmente no que se refere à disponibilidade de credito e da queda de renda. Assim, os agricultores que se encontrassem debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial.

Assim, a década de 1990, é marcada por alguns fatores que foram decisivos para os rumos do Desenvolvimento Rural, principalmente na esfera governamental. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, CONTAG DNTR/CUT passaram a se organizar e direcionar suas reivindicações e lutas para as chamadas “reconstrução e reestruturação produtiva”. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais que já tinham começado a ter voz na constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Lutas” da primeira metade da década de 90, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

Objetivos e características operacionais do programa:

Segundo o manual operacional do PRONAF, trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos

complementam os propósitos do programa: a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) Viabilizar infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de geração e de gestão social; e, d) Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Contudo, do ponto de vista operacional, o mesmo apresenta algumas linhas de atuação as quais são as seguintes: a) Financiamento da produção, o programa destina anualmente recursos para custeios e investimentos, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país ; b) Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais; c) Apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do País para realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos; d) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, promoção de cursos e treinamentos aos agricultores , conselheiros municipais e equipes responsáveis pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural; e, e) Financiamento da pesquisa e extensão rural; destinação de recursos financeiro para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Diante deste prévio relato, percebe-se que nesta história, atores do Território do Alto Sertão Alagoano, participaram, das mobilizações em nível de Estado, Municípios e também na esfera Nacional com suas representações via a CUT e a CONTAG. Assim sendo, como os mesmos interagiram durante este processo de implementação do espaço institucional para implementar uma política a qual eles lutaram para construir?

Para sabermos como se deu este processo o capítulo seguinte, tenta a partir das entrevistas com os atores, concepção sobre participação, controle social interagir, na perspectiva de perceber indícios de controle social por parte dos atores frente a política pública PRONAF- Infra-estrutura e Serviços.

CAPITULO IV

I . Analises do processo de Controle social referente a gestão da Política Publica PRONAF - Infra -Estrutura/Serviço, no Alto Sertão Alagoano.

Quanto a constatar se houve ou não controle social, este capítulo não vem afirmar. Vem por sua vez, dialogar com os depoimentos colhido através de entrevistas e literatura sobre um elemento do controle social o qual é a participação. Para este fim, dialoga como uma forma de participação a qual é a **democrática**, porém **representativa**. Se há indícios de controle e participação a partir da participação dos atores no tocante a Política Publica PRONAF – Infra Estrutura e Serviço no período de 2002 a 2004. Contudo vale ressaltar, que tenho como pressuposto teórico que “controle social” é o um processo de ação/reflexão e reflexão/decisão, pelos órgãos executores agentes sociais de modo que o aperfeiçoamento de praticas seja o resultado da interação e um aprendizado o que implica também em mudanças de valores comportamentais e fortalecimento de uma cultura de decisão .(Andrade, Ilza). Portanto, analisando as entrevistas(em anexo) percebe-se na fala que há “mudanças” de comportamento o qual passa a ter uma visão mas ampla de como “deve” e/ou deveria ser gerenciando o que é publico, logo para isso é necessário que as pessoas se mobilizem no exercício do controle social das políticas publicas e que para isso é necessário ter noção de ser sujeito, portador de sentimento do bem publico(Andrade, Ilza). Assim, percebe-se na entrevista(Josefa), que há um “clareza” do que o publico pois a mesma coloca a compreensão do que é o conselho, bem como deveria ser a gestão, esta intrínseco na fala da mesma.

Assim sendo, percebe-se que no processo de participação no “Conselhos, Fóruns espaços de representação para discutir, propor decidir, a mesma se apropria de comportamentos, os quais, ao relatar a trajetória do processo da política publica e a obra citada, constata que compreende o que é publico, tem sentimento de sujeito, além que tentam através de procurar o CEDRAFA, para informar os processo desenvolvido, o qual não foi respeitado pelo gestor. Ou seja: busca um instrumento de controle da política.

Contudo, isso, não tem na sua amplitude o controle, pois ao decidirem em uma assembléia, uma obra do interesse da maioria, percebe-se que essa “participação” de representação, não contou durante o processo, com todos os interessados. Pois se represento um segmento, devo estar sempre interagindo com o mesmo para poder representa-lo, logo neste caso, teve apenas no inicio. Mas o que representa, tem sim, clareza do que controle e

demonstra na sua fala. Contudo, isto não está intrínseco apenas na fala da Josefa, mas na de Janete, Maria de Lourdes e Maria Antonia, mas percebe-se que todas têm clareza do público, o qual no processo de inserção nos movimentos, conselhos, através da participação, demonstram através da fala, clareza do que é público, de como deve ser gerido. Assim sendo, há indícios que por parte de alguns há esta herança, clareza da arena neste espaço, clareza dos interesses da correlação de força, quando (Josefa) afirmar que no processo de eleição para aprovação da escolha da obra, o prefeito encara os presentes, ou seja esta intrínseco na fala que o mesmo quis intimidar os trabalhadores presentes. Contudo, ao construir a obra em um espaço, o qual não foi o escolhido, como o nome também, os mesmos não persistem, apenas alguns. Assim constata-se que há momento que o elemento controle social, “participação” estão presentes e ausentes (MDA- Guia pedagógico-Controle Social do desenvolvimento rural Sustentável).

Todavia, um outro olhar necessário a ser ressaltando, é do território, espaço onde estes atores sociais atuam, porém não mais com uma política pública, a qual era o PRONAF, mas numa proposta, de desenvolvimento, onde deve perpassar todas as propostas para este fim, assim sendo, são discussões de diversas políticas, bem como de projetos, com uma amplitude maior de atores, caracterizando-se assim uma arena, bem mais complexa. Logo, como estes atores os quais em momento municipal interagiram demonstrando, indícios de controle social, a partir da participação, questionamento, “mudança” de comportamento, se relacionam neste espaço denominado Território. Para esta análise, segue – se um contraponto com um outro nível de entrevistas, as quais foram individuais com representação de quatro municípios, dentre os quais o de Água Branca. Dialogando com a fala de Antonio Pedro, o mesmo coloca que a participação dos atores algo preocupante, pois todos não compreendem, pois o fluxo de informações não circulam a todos os quais os atores estão representando. Assim, não há com clareza uma participação ativa, com isso dificulta assim um controle social, o qual é ação/reflexão, mudança de comportamento em relação ao exercício do controle das políticas públicas.

Contudo, em uma outra entrevista, (Antonio José) que a dinâmica territorial é apenas nomenclatura do que já existia na prática, dos diversos fóruns de participação da sociedade. Porém ressalta que nem sempre as informações trabalhadas neste espaço, não são bem compreendidas que por sua vez, não chega a base; logo não há uma interação com os atores os quais estão representado no referido Território, dificultando assim, uma compreensão e participação maior. Um outro elemento é o que ressalta a entrevista da Josefa, a mesma. A participação do “representante” o qual traz uma proposta, mas por outro não

ter as informações, como um todo, o que chega é como se fosse o mesmo que troce. Logo, há uma “falha” nesta representação a qual as vezes, passa como se fosse representante de si assim, o mesmo não senti-se parte, logo resulta em não participar e consequentemente, não interagindo, não há ai uma “mudança “ de comportamento, o que por ventura, o exercício de controlar o público não é um valor dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado, foi possível constatar que não podemos “afirmar” se houve ou não controle social dos atores, pois o mesmo é um estado de mudança de comportamento, o qual, percebe-se no dia - a - dia dos atores, o qual apenas com algumas entrevistas não é possível fazer uma afirmação. Contudo, percebe-se que há algum indício, porém as entrevistas realizadas traz diversos elementos, os quais ficam em aberto, mas que poderia ser analisados, visto que os mesmos são atores em um processo de construção no tocante ao controle de políticas públicas. Esse processo, o qual exige um fluxo de informações e interação dos atores, frente as mesmas. Assim sendo, o presente trabalho deixa elementos para um aprofundamento contínuo do objeto aqui abordado. Contudo, percebe-se que o exercício, de controle social das políticas públicas está em movimento por parte “atores” neste “ espaço “ denominado território, no que diz respeito as políticas públicas. Visto que o monitoramento (em anexo) realizado pela CIAT, traz uma outra diversidade de elementos para esta análise.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilsa A. L. Conselhos de desenvolvimento rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S; SILVA, Marcelo K; MARQUES, Paulo E. M. (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.p. 233-250.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Guia sobre gestão social**. p.p 1-9,

SCHNEIDER, Sérgio *et. al.*(org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONH, Maria da Gloria. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. Editora Cortez 2ª edição- 2003. p.p. 7-21

ANEXOS

QUESTÕES QUE NORTEARAM A ENTREVISTA

Entrevistadora: Maria Lourdes Barreto

Entrevista coletiva com os membros do CMDRS de Água Branca- AL

Trajetória/perfil: entrevista realizada em 19 março 2007

Josefa Há 15 anos na luta (movimentos) iniciou com a luta da serra do mulungú, a qual através da CPT e apoio do Sindicato de Inhapi, pois não tinha aqui o apoio inicia-se a discussão para lutar pelo sindicato, conseguimos fazer que o mesmo participasse, ainda hoje a direção participar e apóia. No início fomos nós que participamos quando veio o primeiro projeto, hoje um pouco parado, o povo desmotivado. Em função de, dos conselheiros do movimento sociais se sentir desrespeitado nas suas comissões por defender uma política diferente do que o executivo e aí também participamos do grupo de mulheres da pastoral da juventude rural, CIAT comunidade ativa que passou, e a gente tem uma visão um pouco de gestão de conselho, a gente acha que tem não sabe, o que está errado, pois os outros conselheiro do executivo não consegue enxergar que precisa melhorar fazer uma política diferenciada, que não estamos lá para fazer nome nem ser candidato, estamos porque acreditamos e que é através da organização e que este conselho é uma política pública, que vai garantir / conseguir benefício e melhorar a qualidade de vida dos agricultores no município.

Maria Antonia Moradora do sítio Tabuleiro, iniciou em reuniões na luta pela água há muito anos. Começou a conhecer os direitos, não só ser cidadão cuidando das crianças e da roça, começou no movimento partido dos trabalhadores, igreja, conselhos de agricultura, associações, eram rendeiros da terra, a qual se mobilizaram, lutaram e conseguiram a posse. De tudo aprendemos um pouco. Há muitos nos somos conselho, desde início, passou o tempo, se se afastou, depois retornou novamente

Maria Janete(agricultora, associação tabuleiro início, Sindicato foi diretora, membro da associação Boqueirão e agente da CPT. representante do CMDRS, hoje, representando o grupo de Mulheres CMDRS - há 12 anos na luta)

Maria de Lourdes Morava na Serra dos Vitórios, há três anos mora em Água Branca, faz parte do sindicato começou pela Pastoral da Juventude. Era só oração e sentia-se longe do meio rural, quando iniciei na Pastoral da Juventude rural e me identifiquei era minha cara, participei da comunidade ativa e hoje estou no sindicato, neste meio tempo está parado. O pessoal não vê como nós vemos.

O que é o Conselho para Vocês?

Maria Janete Acho que o CMDRS no início começou pela câmara dos vereadores, discutirão e acho

CMDRS acho que ele é um trabalho de pesquisa do que é direito do trabalhador rural que venha projeto do governo federal por ser um município que está ao lado dele e o projeto é da agricultura familiar. E o conselho é para pesquisar, analisar, avaliar e também para ajudar a desenvolver, pesquisar, ver acatar o que está errado e encaminhar o que está correto. E ver outros projetos que venha para o município, que os trabalhadores possam ter acesso, analise e outros da agricultura familiar. E os trabalhadores tenham prioridades.

Maria Antonia

Eu pra mim, o CMDRS é pra pessoa ser conselho vem representara uma associação, ou qualquer movimento de trabalhador, eu acho que a gente está ajudando a gente a prefeitura e governo municipal, porque? Se o governo está na cidade e não sabe o que está acontecendo nas comunidades e a gente traz, os acontecimento das comunidades o que precisa de alguma

coisa aquela pessoa do conselho vem trazer o que precisa. Fica mais fácil do governo administrar a comunidade, a região, eu acho que fica melhor, então pra mim, tem um significado, grande valor, uma pessoa conselheiro e que acredita bota um real que arruma pra compra comida para os filhos e bota no bolso para vim servir trabalhar pelo povo, vem representar o conselho e por que tem boa vontade ver dia melhores para as comunidades, os trabalhadores rurais pessoas desrespeitada pela sociedade, que devia ter mais privilégios que trabalhar para dar comida, não tem consideração com a gente.

Josefa pra mim o conselho é um espaço legal né? de fato, onde se constitui a sociedade civil e o governo juntos; pra discutir a s políticas pra agricultura. Aqui agricultura familiar graças a Deus , então nós dos movimentos defende a agricultura dos pequenos. Mas ele engloba toda a questão da agricultura na verdade. este espaço que vem se propor que seja amenizada né? Pra que se venha um projeto de desenvolvimento pra agricultura de fato de verdade pra se consolidar através das duas instancias, sociedade civil e governo.

Maria de Lourdes

Pra mim conselho é um espaço de organização e através do conselho que juntando a sociedade civil e governo e nós, você faz o projeto pra cidade um momento de organização é você ver o que é melhor ou ruim para os agricultores e tanto a sociedade civil representando melhor é pra governar mas só faz pra si, e uma sociedade organizada faz com passe o projeto bom para agricultura.

Qual o objetivo de escolher esta obra? (Centro de Treinamento de Formação)

Quem sugeriu?

Como foi a participação nas discussões para definir esta obra? Houve opiniões contrárias?

Josefa Assim, primeiro com relação ao nome, quem colocou esse nome não foi o conselho, a gente lutou, mas nem participou da inauguração e o nome ainda esta lá por que o prefeito o executivo, que colocou , mas este nome não é o nome que os trabalhadores querem, não é um centro comunitário 'e um centro relacionado a agricultura, a idéia que se tem até hoje é que o centro é da prefeitura e eles sempre quis este centro. já existiu discussão do conselho que não tem que ser tirado esse nome, tem que ser entregue a sociedade, ser feita a inauguração botar na pratica, agente não concorda até com o próprio nome. O próprio nome já não vai muito com o que foi pensado para ele.

Mas ai ele não estava no plano de trabalho quando foi elaborado, existia o recurso no planejamento do PT, pra comprar tratores e uma bacia hidrográfica na região Serra do Cavalo além das outras coisa que tínhamos definido. A reunião era na escola cenecista e na hora não passou , nós não queria e não passou e o recurso não dava nem para iniciar a obra e não tinha estudo detalhado deste projeto era um projeto antigo da cooperativa ai estava sociedade civil os trabalhadores, os conselheiros os movimentos e tava tão poder executivo e legislativo no colégio e era para passar os tratores executivo e ai a gente ficou acuado, quando viu que passou e que não ia ter a outra. Ia proposta do trator e ai o que ia fazer agora . ai os trabalhadores estava lá, mas o prefeito estava lá e defendia o trator estava na frente deles olhavam pra gente, ficaram sem querer votar mais nada, pois ficaram com medo ficaram amedrontados. Ai dei a idéia do centro de treinamento, exatamente porque na hora que queria reunir os trabalhadores era aqui no sindicato, então quando ia para o colégio fazer reunião lá a gente via muitas vezes ouvindo tudo que a gente falava o diretor escondido ouvindo tudo que a gente falava, não ficávamos a vontade. ficava sem ter onde se reunir ai foi a proposta foi aceita o próprio conselho defendeu na época Graça Seixas achou importante ai começou a defender foi para votação e passou. Passou o centro com essa a finalidade da gente, fazer a formação, trabalhar a formação dos agricultores dos e o centro especifico pra agricultura das reuniões dos trabalhadores rurais.

Houve somente esta assembléia? Ou houve mais reuniões para discutir onde seria o centro? Se houve, foi só com o conselho, como foi o processo?

Josefa depois daí não foi mais reunião ampliada, foi só o conselho, aí o conselho tinha em mente esse centro não seria apenas para capacitação também, teria a qualificação profissional é experiências então a idéia era que fosse pelo menos uma área que tivesse uma ou duas tarefas de terra que tivesse amostragem de algumas coisas. Uma terra para ter experiências produtivas tipos, já tinha a discussão da farmácia viva, o viveiro de mudas tudo isso ia ser alocado, mas tinha a terra pra desenvolver as experiências nas primeiras discussão tinha um terreno prefeitura na tajuba e ficou certo que seria lá, mas de uma hora pra outra disseram que seria aí começou a briga com o executivo terminou sendo aqui. E a gente ficou prejudicado pois não tem um lugar.

Quem era o secretario de agricultura nesta época?

Maria de Lourdes era Jailson - eu só quero dizer que isso aí é dos trabalhadores rurais, que foi uma luta dos trabalhadores que foram a Brasília, ficaram em barracos de lona e aí fomos contemplados com os projetos do governo federal.

Quem encaminhou passagem molhadas, projetos foi o conselho, então o que tem aí nosso. Foi resultado da nossa luta não foi a prefeitura, ela recebe o dinheiro, não lutou então ela não entende isso, pensa que dona.

Os que não queria o centro e queriam o trator não reagiram

Josefa, Maria Janete e Maria de Lourdes

Não, pois depois de aprovado, não podia mudar, mais eles não gostaram, pois, queriam o trator, mais a maioria não queria. Mas, não foi bem aceito por eles. Hoje esta funcionando a secretaria de agricultura e não estamos nos reunindo.

Eu acho que o conselho tem o poder de decisão para ajudar o prefeito, que foi colocado pelo povo. E a gente quando vai fazer parte, tem o poder de decisão, analisar as propostas, vir os projetos que vem para ver se são bons priorizar o melhor para os trabalhadores e o povo em geral, mas elas fazem as coisa e só quer que a gente assine. Depois quando der errado quem assume frente ao povo somos nós.

Entrevistas

Conversando sobre o Território;

Questões norteadoras:

- Qual sua compreensão do espaço território?
- Neste espaço existem vários atores. Na sua visão, todos entendem, compreendem o processo?
- Antes de chegarmos a este momento de termos essas ações planejadas- foi feito um diagnóstico. Como foi a participação dos atores ?
- Os atores entendem que são parte do processo? Participam/opinam/decidem e propõem? Como você vê isso?
- Como é a participação do poder público? Há participação? Os mesmos sentem-se parte do processo, coo- responsável ?

Pedro Junior (Nome fictício)

O território, ele é uma parte do estado, que tem as mesmas características, formado por 8 municípios e que por sua vez, aquilo que realmente vem, condicionado para um; abrange os 8, então por isso é que é considerado território. E pra isso, nada melhor do que as comunidades juntas pensar o desenvolvimento de um todo, de uma maneira geral. E que entre eles tem seu ponto positivo e que por sua vez tem que ter investimentos paralelos, para comprometer o outro.

- De certa forma, a maioria sim, mas ainda tem muitos na dúvida, tem aqueles que estão iniciando o entendimento e que não tem o aprimoramento de saber o porquê disso tudo e pra que serve. Na realidade, existe ainda participantes que não tem aquela informação que necessária de sair da ciat e voltar para sua base e discutir o que é o território, tudo, mas não fazem.
- O diagnóstico que foi realizado, que tenho lembrança foi o do plano safra. O qual abrange todas as potencialidades dos municípios e também as carências, além dos objetivos dos projetos até 2010. A participação em muitos municípios se deu de forma muito diversificada. A gente já tinha, no meu caso, muito dados recolhido por nós do STTR, pois sempre temos feito um trabalho, e não precisou ir a base, pois estamos constante, conversando com o pessoal, já sabemos da necessidade. Mas outros municípios tiveram dificuldades de indagar as potencialidades, por não terem assim, aquela coisa de participar ativamente de toda área do município, estes tiveram mais dificuldades. Mas mesmo assim, todos trouxeram; um mais, outros menos.
- Uma parte sim, alguns membros da ciats, tem esse ponto positivo e tem outros que só faz complementação, não sei se é porque esta aprendendo, outros só observa e participar; de uma certa maneira, sempre participam, não por igual uns mais outros menos. Aquela coisa de dar opinião e defender seu ponto de vista, eu mesmo gosto de defender meu ponto de vista, dentro da realidade. Eu sempre faço defesa pois se não tive quem defenda seu município não adianta estar dentro da ciat. Tem que ter alguém para defender, fazer com que seja validado dentro do processo.
- O que ainda não esta bom, é a falta de recursos, pois é necessário para o andamento da ciat. Por que os participantes dos municípios depende dos recursos próprios para continuar e nem todos tem; que mais tem dado um pouco de si são os STTRs.

Antonio Pedro (nome fictício).

- Minha compreensão quanto ator que sou, o território é uma oportunidade ímpar, que o governo federal, esta dando para os municípios, é nada mais, nada menos uma proposta para fazer com que a gente se sinta responsável e capazes de executar, juntos as políticas públicas; sejam municipal, estadual ou federal., pois nossa cultura não é de fazer isso, é novo, é estranho é. Para o município é estranho, por que não esta acostumado a dividir o poder, comigo do sindicato com as associações; eles estão acostumados eles mesmos decidem para onde vai os recursos. Logo, vejo uma oportunidade ímpar e é resultado de lutas dos movimentos sociais.
- Vejo a participação dos atores com preocupação, pois uma parte entendem, outros não. Dizem que a ciat é eu –coordenador e Carlos- o articulador, enquanto que temos sindicatos, associações, prefeituras. A maioria não esta entendendo ainda; não compreendem a questão de direito/dever, uns 40% não entendem a importância quanto colegiado. Prefeituras enviaram projetos por fora deste espaço, mas o MDA-devolveu, para que a ciat analisasse.
- Quanto as informações, acho que de fato não chega a ponta, pois as representações, não conseguem levar até a base, alguns tem dificuldades de dinheiro, para chegar até lá. Pois a representação teria que discutir, levar e trazer, as discussões. Temos muito materiais, onde já passei para os representantes, prefeituras, mas as pessoas não se apropriaram, no sentido de discutir -analisar- propor.
- Em relação a participação/intervenção nas reuniões do colegiado é boa- sabe o que quer, e diz isso, agora nem sempre temos uma presença ampla, pois a falta de recurso das instituições dificulta. Quando a ciat, paga, há mais atores participando.
- Um dos limites é o poder publico/gestores, não tiveram a compreensão que isso veio para ajudar, não para competir. A maioria é da sociedade civil, e não acreditam que quando tiver mais gente pensando, decidindo, podemos acertar, mas não tem visão de futuro, e isso pra mim é um entrave.
- Quanto o re-planejamento, já sentamos e reformulamos a proposta inicial, pois, vão surgindo outros atores, além disso, o planejamento é flexível. Temos o eixo aglutinador, mas foi reformulado, vendo as prioridades e decidindo coletivamente.
- Em relação às ações, atendem sim aos anseios do publico, é verdade que tem alguns dados do diagnostico que foram retirados de secretarias, IBGE, mas tivemos reuniões nos 08 municípios, onde surgiu a partir das demandas das comunidades, ai juntamos todos os dados. Elegemos as prioridades, mas isso muda constantemente, não existe o primeiro, e o mesmo continua o primeiro, vai mudando.

Maria Josefa(Nome fictício)

- Venho sempre dando apoio, venho construindo desde a comunidade ativa em Água Branca. Teve a comunidade ativa, bem antes, e o CMDRS o qual era forte no município, era bem fortalecido. Porém após esse processo o CMDRS - a gente nunca participou da discussão-construção do território. Pelo menos lá não conheço ninguém que tenha participado. Há não ser, no dia que teve uma reunião do pólo sindical aqui em Delmiro Gouveia, e o técnico da secretaria de agricultura, veio com o projeto da fabrica escola para a gente assinar, pois tinha uma reunião prevista com outro publico que não apareceu. O mesmo apresentou a proposta a nós, achamos interessante e assinamos Em seguida chegou um membro do conselho de água Branca e assinou pois era bom para o município. Isso esta com mais de dois anos e até agora não saiu do papel, isso desestimula o pessoal a participar- pois isso já veio a historia do território, pelo menos no município o pessoal esta sem entender, principalmente, os

conselheiros, porque eles sentem hoje- segundo o território é para fortalecer o município, mais acabou tirando o poder dos conselhos no municípios, e isso sem discussão. É necessário discutir o papel de cada um e o que é a ciat, pois o conselho sente-se inútil. Vem um secretario do conselho municipal, coloca uma proposta na ciat e passa, mas não tem discussão no município.

- Vejo que é necessário, esclarecer os diversos papéis - sabemos que é um espaço bom, não sei se vai ajudar a crescer o município, por que o sentimento que o pessoal tem, é que tudo que conseguir via a ciat e dos 8 município, pois foi o que os secretario de agricultura falou. Eu conseguir, trazer o(projeto dos bancos comunitários de sementes), passa como se fosse uma pessoa, que é diferente, quando todos discute sentem-se parte. EX o banco de semente é bom, mas por ter passado na ciats, sem o conjunto discutir, e o secretario diz que foi ele, as pessoas não se sentem parte. Outro exemplo; o pessoal do governo vem com a discussão que o recursos é para o pessoal que tiver organizado, assim, deixa fora os pequenos, e não há interesse de discutir isso na ciat. Os pequenos vem se organizando, pra isso, faz tempo. Porém quando entram no debate não sabem falar de igual para igual com os técnicos, a gente fica doido os técnico são letrados, acham que a gente esta brincando, quando não estamos. Os trabalhadores são analfabeto, que é um problema dos movimentos sociais. Mas é preciso que haja discussão. O projeto de ovino foi construído há muito tempo, e quando surge a ciat, o mesmo continua sendo prioridade; mas não voltou a discutir com os atores. Segue, sem nem uma discussão, não houve mais consulta aos conselhos, movimentos. O articulador é uma pessoa muito boa- tem condições de coordenar o processo- mas os trabalhadores dos movimentos não se sentem a vontade de participar, pois, não tem como falar, fica mais os técnicos. Não esta claro o processo, e se a gente não participar n/ao vai entender. É necessário um projeto de desenvolvimento, mas com os trabalhadores participando, se não for assim, continuará a desigualdade social.
- Um entrave é a não participação/compreensão e necessário formação e um planejamento das potencialidades que possa desenvolver juntos na base de cada município, por que assim eles sentem-se atores; sentem-se parte. Quanto os técnicos tem uma visão, mas a maioria não. Mesmo que seja boa a intenção, mas não fica claro nem eles sentem-se parte. E boa parte dos técnico estão apenas pelo dinheiro. Não faz o processo e os trabalhadores não entendem
- Os gestores não entenderam até o momento – não perceberam o poder que a ciat tem. Outros não querem; é um poder paralelo. Os que têm uma visão mais aberta, estão colocando os secretários de agricultura, outros tentam outras fontes que não é MDA- eles têm como manipular.

Antonio José (nome fictício)

Na verdade, houve uma modificação do que existia no passado, em termos basicamente assim só de nomenclatura, nós tínhamos vários fóruns em cada município, que congregavam diversas entidades e com essa nova metodologia do governo federal de passar a ser território, não houve absorção por parte das entidades, tanto governamentais, quanto da sociedade civil e demorou acontecer. A gente percebe que foi uma mudança unilateral, nós existiam com programas apenas exclusivo ao município de interesse da coletividade, daí o nome de território; as entidades, algumas perceberam mais rápido isso, outras ainda estão com dificuldades de absorção. Por isso que estamos caminhando em passos lentos, o pessoal não consegue absorver que é de interesse de uma região este território. Que existe semelhança tanto na produção, na parte de comunicação, organização, essa semelhança de território. Por isso, estamos a passo de tartaruga. Conseguindo dar os primeiros passos.

- Os dois primeiros anos foram difícil, ainda por conta da formação da CIAT, aí sim dificultou, mais o pessoal na própria escolha de quem participar não foi bem debatido, não foi muito entendido, não houve participação nas reuniões mensais.
- As informações passadas, nas reuniões mensais, na minha visão eles todos não entendem, não absorve a ponto de trabalhar essas informações na base que eles representam sem querer discriminar, mais na ciat, tem dois tipos de posicionamento do ND (Núcleo diretivo) e do NT (Núcleo Técnico) obviamente quem faz parte do NT, tem um maior poder de absorção melhor que a gente do ND. que faz parte geralmente as entidades representantes dos trabalhadores- seus porta voz- onde uns entendem muito pouco, não sei por que houve, como foi a escolha das lideranças para fazer parte, mas a gente percebe que eles não tem correspondido, com os esclarecimentos que tem sido passados, eu também tenho ilusão de que isso não chegando a base, o pessoal tá vindo com compromisso, falta muito as reuniões.
- A participação do poder público é de forma tímida, sem poder de decisão. Geralmente as pessoas que representam o poder público, tem a participação, mas na voz, a questão da decisão de poder compartilhar verdadeiramente no processo. O medo de assumir, não tem autonomia, autoridade de decidir principalmente quando envolve recursos ou outras pastas. Não assumem compromisso, precisa volta para conversar com o prefeito/secretários.
- Além de não haver discussão e ainda não entendem a questão territorial. O Poder Público ainda leva paralelo outras ações que nem passam por lá. Não sabe quanto secretário o que as outras secretarias buscam outros projetos. As pessoas não percebem que é necessários que todos os anseios passe pelo território, onde depois deveria ser encaminhado a cada destino mais não é assim
- Participo desde o início deste processo, diagnóstico e elaboração de projetos.
- Reuniões, avaliação. Tem espaço para planejar, re-planejar, não tem tido entendimento por parte de todos. O diagnóstico, é resultado do trabalho em várias reuniões, apesar de ser as mesmas aspirações, de outros fóruns anterior a ciat.
- Acredito no processo, e hoje houve uma reestruturação e ampliação do colegiado, pois temos dificuldades na elaboração de projetos, e esta entrando entidades que podem contribuir neste sentido.
- Porém é necessário vim alguns serviços para os trabalhadores acreditarem. Pois faz tempo que é só reuniões, os trabalhadores ficam desanimados sem ver algo concreto. Este ano acredito que daremos um passo, pois tem alguns projetos aprovados, com certeza será uma injeção de ânimo.

SITUAÇÃO DOS PROJETOS MONITORADOS POR MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO ALAGOANO.

Água Branca

Neste município foram monitorados 04 (quatro) contratos referentes aos anos de 1998 a 2001.

Contratos /Ano	Metas
78298-13/98	Meta 1 – Construção de (04) Barragens
	Meta 2 – Desassoreamento de 2 Barragens
	Meta 3 – Proteção de 5 nascentes
	Meta 4 – Capacitação de agentes de Desenvolvimento Local 2 Cursos
	Meta 5 – Treinamento em associativismo 1 curso
	Meta 6 – Treinamento em Cooperativismo 2 cursos
	Meta 7 – Treinamento em Sindicalismo 2 cursos
	Meta 8 – Excursão 1 viagem
89342-85/99	Meta 1 – Construção de rede de abastecimento d'água com caixas d'água (6.000 m)
	Meta 2 – Construção de 2 cisternas de 50m ³
	Meta 3 – Reforma de 4 sistemas de abastecimento d'água com caixa d'água (10 m ³) e chafariz
	Meta 4 – Capacitação e treinamento 15 cursos
	Meta 5 – Viagem de Intercambio 2
104937-06/00	Meta 1 – Mini Usina de compostagem e reciclagem de lixo (01).
	Meta 2 – Construção de bueiros e canaletas (4.000 m).
	Meta 3 – Aquisição de trator de pneus, carroção e arado.
	Meta 4 – Construção de (01) viveiro de mudas para reflorestamento
	Meta 5 – Construção de (01) centro de treinamento
	Meta 6 – Construção de (01) passagem molhada
	Meta 7 – Capacitação para agricultores 2, Reciclagem de Lixo e Associativismo/Cooperativismo
	Meta 8 – Viagem de Intercâmbio 1
126472-67/01	Meta 1 – Ampliação da rede de abastecimento de água em 1.800 m
	Meta 2 – Construção de rede de distribuição de água 2.170 m.
	Meta 3 – Construção de (01) barragem
	Meta 4 – Construção de (01) Cisterna
	Meta 5 – Complemento das obras do Centro de Treinamento
	Meta 6 – Equipamentos, móveis e utensílios para o centro de treinamento.
	Meta 7 – Construção de (01) passagem molhada
	Meta 8 – Equipamentos para manipulação das ervas medicinais
	Meta 9 – Capacitação para agricultores e filhos 7 cursos, associativismo/cooperativismo 3; caprinos/Ovinos 3; Ervas 1.

Meta 1 – Construção de (04) Barragens

Beneficiários: Saco dos Pambus, Cansanção, Lagoa do Alto, Algodão.

As barragens foram construídas nas localidades em questão. Durante o processo de construção das barragens o prefeito da época não realizou licitações para as obras, alegando que já havia empreiteira trabalhando para a Prefeitura, a qual foi acionada para o trabalho. Também não permitiu que os projetos técnicos das obras fossem vistoriados pelo Conselho Municipal (CONDERAL).

As construções das barragens assemelham-se muito em termos de tamanho (dimensões). Todas se apresentam cercadas com estacas de madeira e fiação de arame farpado. Em Lagoa do Alto, a forma dada a posição da barragem evidencia falta de aproveitamento da área de captação o que pressupõe a falta de acompanhamento técnico pelo responsável pela obra. Essa barragem apresenta bacia considerada rasa, deixando dúvidas quanto a possibilidade de um maior armazenamento d'água.

Na comunidade Saco dos Pambus a barragem tem uma bacia regular com boa profundidade. Apresenta a existência de locais sujeitos à "fendas" que podem ser causadas pela erosão, provavelmente em virtude do solo não ter sido compactada nas arestas e na face superior do paredão. Já na comunidade Algodão a barragem foi locada em área onde não existe aglomeração de casas. Outro ponto a se considerar é a desproporcionalidade da área de captação, cujos arredores é constituído de área plana, o que dificulta o escoamento das águas da chuva para a barragem e na comunidade Cansanção a barragem armazena uma boa quantidade de água, por ter uma área de captação que favorece o escoamento da água da chuva.

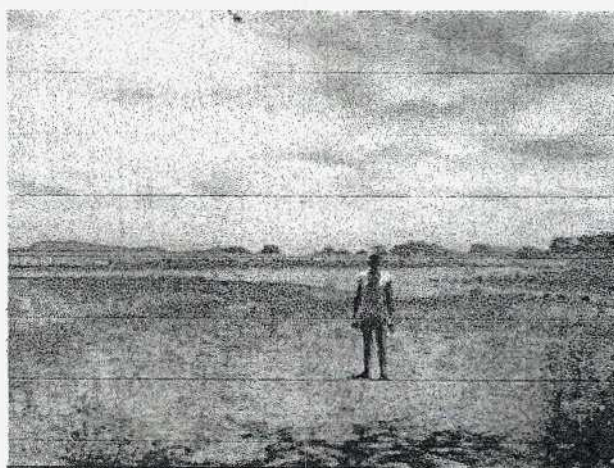


Foto 01: Construção de barragem em Lagoa do Alto

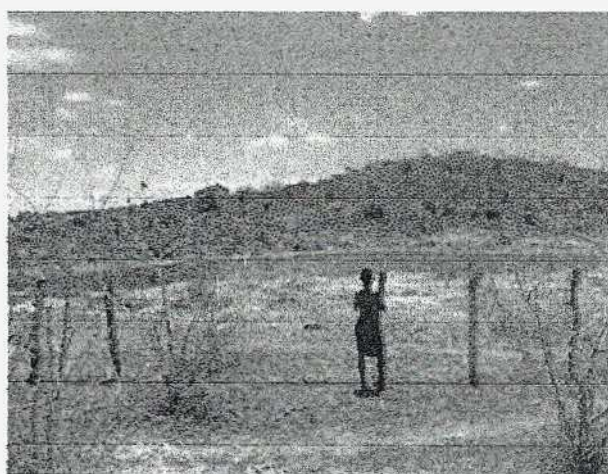


Foto 02: Construção de barragem na comunidade Cansanção.

Meta 2 – Desassoreamento de 02 Barragens

Beneficiários: Lagoa das Pedras, Cacimba Cercada

O número de horas máquina destinadas ao desassoreamento das barragens foi insuficientemente para resolução do problema. Isto de acordo com informações levantadas com auxílio de membros representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CONDERAL, as barragens foram desassoreadas melhorando em parte o problema hídrico, contudo a execução desta meta que previa a utilização de recursos na ordem de R\$ 33.120,00, segundo relato de integrantes do CONDERAL que fiscalizavam na ocasião a aplicação dos recursos, não foi empregada adequadamente pela proponente (Prefeitura Municipal).

Na medida em que o desassoreamento foi realizado inadequadamente, a capacidade de retenção de água prevista para as 02 (duas) barragens ficou abaixo do esperado; o que ocasionou o atendimento parcial das famílias que se beneficiaram com a meta, tanto da comunidade Lagoa das Pedras como de Cacinba Cercada.

Meta 3 – Proteção de 05 nascentes

Beneficiários: Saco dos Pambus, Cansação, Lagoa do Alto, Algodão

Primeiramente as comunidades Saco de Pambus, Cansação, Lagoa do Alto e Algodão não apresentam nascentes d'água que pudessem ser protegidas. Na verdade as comunidades contempladas com esta meta referem-se a Serra do Mulungú, Serra do Paraíso, Serra do Estreito, Sítio Preguiçoso e Serra do Ouricuri. Segundo informações colhidas com representantes do CONDERAL, a utilização dos recursos disponibilizados a Prefeitura Municipal não foram utilizados adequadamente nesta meta.

Estava previsto que as fontes seriam cobertas com telhado (onde em algumas destas localidades isto foi feito, em outras o telhado já existia, sendo apenas reformado); receberiam bomba para puxar a água e evitar que as pessoas entrassem para apanhá-la; lona plástica cobrindo a água para evitar que ratos ou outros bichos que por ventura habitassem o telhado pudessem cair na fonte contaminando a água (ações não realizadas em nenhuma das nascentes). Também previa a limpeza do caminho de acesso às fontes como também o reflorestamento ao seu redor com espécies nativas da região como cedro, ipê-roxo, carabeira e pau-brasil, o que não foi feito.



Foto 03: Proteção de nascente (mina d'água) na Serra do Mulungú.

Meta 4 – Capacitação de agentes de Desenvolvimento Local 02 Cursos

Beneficiários: Saco dos Pambus, Cansação.

Esta capacitação foi realizada, segundo informações prestadas por representantes do Conselho Municipal (CONDERAL), atestada em ata lavrada em reunião e beneficiaram tanto agricultores das localidades de Saco dos Pambus e Cansação, como também membros do próprio CONDERAL.

Os cursos tiveram duração de 02 (dois) dias e contemplou cerca de 30 (trinta) pessoas entre agricultores, membros do Conderal e Sindicato.



Foto 04: Integrante do CONDERAL, Conselho Fiscalizador, a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Água Branca, a senhora Jocelina.

Meta 5 – Treinamento em associativismo 01 curso
Beneficiários: Lagoa do Alto

Meta 6 – Treinamento em Cooperativismo 02 cursos
Beneficiários: Algodão, Saco dos Pambus

Meta 7 – Treinamento em Sindicalismo 02 cursos
Beneficiários: Cansanção, Lagoa do Alto

As metas 5,6 e 7 foram realizadas, segundo informações prestadas por representantes do Conselho Municipal (CONDERAL), atestadas em atas lavradas em reuniões e beneficiou tanto agricultores das localidades indicadas, como também membros do próprio CONDERAL. Os cursos foram realizados com duração de 02 (dois) dias e contou com a participação em média de 20 (vinte) agricultores.

Meta 8 – Excursão 01 viagem (Ouricuri-PE)
Beneficiários: Agricultores do município de Água Branca

Esta excursão foi realizada e contou com a participação de 30 (trinta) agricultores, além de membros do CONDERAL e Sindicato. Foi remanejada para a cidade de Cabaceiras (PB) com a finalidade de proporcionar o conhecimento a cerca do funcionamento da Fábrica-Escola.

Contrato: 89342-85/99

Meta 1 – Construção de rede de abastecimento d'água com caixas d'água (6.000 m)
Beneficiários: Cal, Moreira de Baixo, Barro Preto, Corvões de Baixo.

A rede de abastecimento foi construída e atende as comunidades de Cal, Moreira de Baixo, Barro Preto e Covões de Baixo.

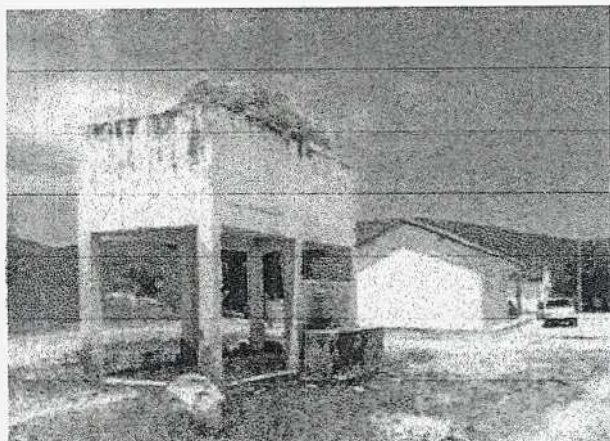


Foto 05: Caixa d'água localizada próximo ao Grupo Escolar na comunidade Barro Preto, apresenta problemas de infiltração.



Foto 06: Entrevistado, o Sr. Cícero Pereira dos Santos, morador da comunidade Barro Preto, confirma a construção da rede de abastecimento com caixas d'água.

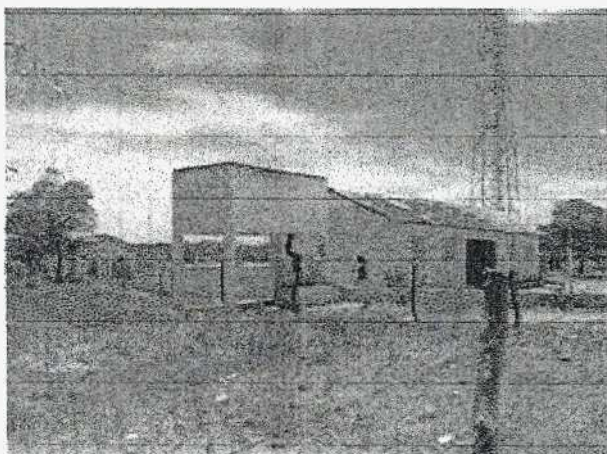


Foto 07: Caixa d'água da comunidade Moreira de Baixo em funcionamento.

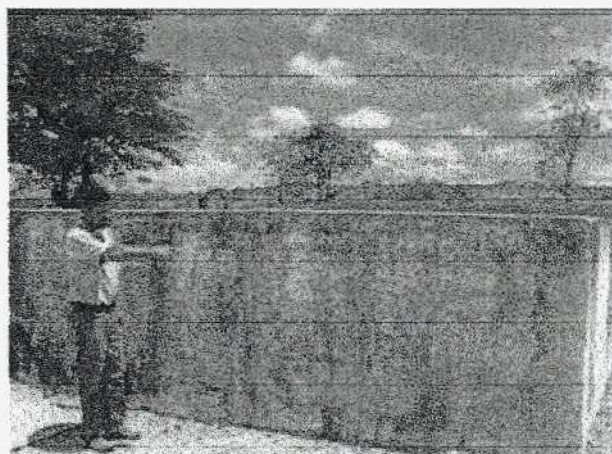


Foto 08: Construção de cisterna na comunidade Mandacaru.

Meta 2 – Construção de 2 cisternas de 50m³

Beneficiários: Mandacaru e Cansação

As cisternas de 50 m³ foram construídas próximo de escolas do município.

Meta 3 – Reforma de 4 sistemas de abastecimento d'água com caixa d'água (10 m³) e chafariz

Beneficiários: Lageiro do Couro, Batatal, Maxi e Gregório.

Os sistemas de abastecimento d'água praticamente não foram reformados. Dos reservatórios (caixas d'água) previstos apenas o de Lageiro do Couro e Maxi foram construídos pela Prefeitura, mesmo assim encontram-se desativados. Portanto a idéia inicialmente proposta no Plano de Trabalho não foi seguida pela Prefeitura, conseqüentemente o atendimento as necessidades dos beneficiários praticamente não foi atingida.

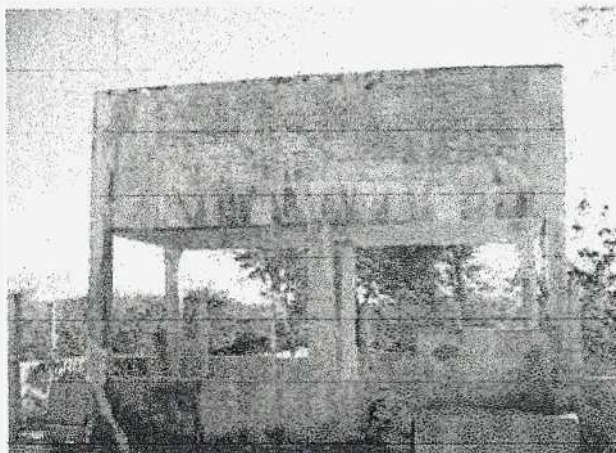


Foto 09: Reforma de sistema de abastecimento d'água com reservatório e chafariz em Lageiro do Couro.

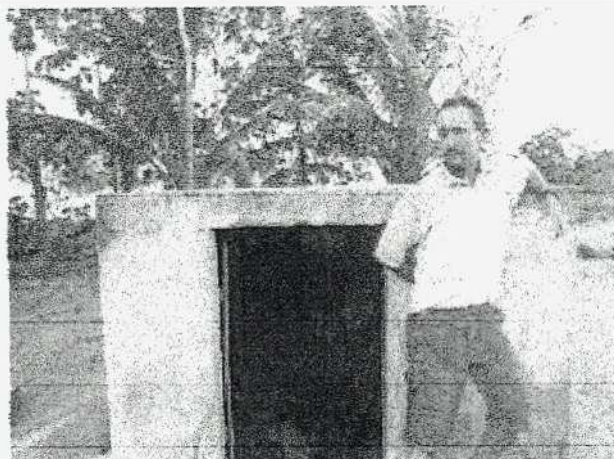


Foto 10: O sistema de abastecimento d'água da comunidade Maxi foi implantado e está funcionando, contudo a caixa d'água foi desativada devido a problemas de infiltração.

Meta 4 – Capacitação e treinamento 15 cursos

Beneficiários: Sede do Município

Inicialmente a meta previa a capacitação de 450 agricultores, contudo só foram realizados 8 cursos. Essas atividades foram realizadas segundo informações do CONDERAL, atestadas em atas de reuniões. Beneficiaram a agricultores e a membros do Conselho. Contou em média com 25 participantes com duração de 02 dias.

Meta 5 – Viajem de Intercambio 2

Beneficiários: Agricultores

Segundo informações foram realizadas as 02 viagens, sendo 01 apenas com membros do Conselho para a cidade de Aracy, visando o conhecimento de experiências em beneficiamento de carne de bode defumada, apicultura, criação e comercialização de peixe e mais 01 para Major Izidoro e Cinturão Verde de Maceió esta destinada a agricultores.

Contrato: 104937-06/00

Meta 1 – Mini Usina de compostagem e reciclagem de lixo (01).

Beneficiários: Sítio Tabeça

Esta meta foi cancelada em virtude dos seguintes fatores:

Do período de elaboração do P/T a liberação efetiva dos recursos pela Caixa Econômica Federal houve defasagem dos valores. Diante deste argumento os recursos disponibilizados para Construção do Centro de Treinamento não seriam suficientes. Como para o município a conclusão das obras físicas e de aquisição de equipamentos do Centro de Treinamento era prioridade, foi solicitado a relocação dos recursos disponibilizados para implantação da Mini Usina de Compostagem visando à conclusão de todas as etapas de funcionamento do centro.

Outro fator que contribuiu foi a realização de um estudo de viabilidade técnica em parceria com a Comunidade Ativa e Instituto do Meio Ambiente - IMA, que recomendava a não construção da "Usina de Beneficiamento de Lixo" devido a vários fatores ambientais, sendo proposto a construção de um aterro sanitário em seu lugar.

Meta 2 – Construção de bueiros e canaletas (4.000 m).

Beneficiários: Tatajuba, Batuque, Sítio Preguiçoso e Serra do Cavalo.

No P/T previa-se a construção de 4.000m de bueiros e canaletas, devido à defasagem de recursos somente foi possível a implantação de 2000m nos trechos mais críticos. As canaletas e bueiros se apresentam no trecho de acesso a Serra do Cavalo, Serra do Paraíso e estrada de acesso ao Povoado Jardim. Seus benefícios para os moradores destas localidades foram atestados na vista em campo, pois antes da realização das obras as famílias padeciam durante os períodos de chuva intensa. Entre o Sítio Preguiçoso e Serra do Cavalo além de bueiros e canaletas a estrada recebeu pavimentação, este trecho era o mais precário devido ao declive acentuado.



Foto 11: Presença de bueiros e canaletas em Tatajuba.



Foto 12: Presença de bueiros e canaletas na estrada que liga Sítio Preguiçoso a Serra do Cavalo.

Meta 3 – Aquisição de trator de pneus, carroção e arado.

Beneficiários: Área Rural do Município

Segundo relatos de várias pessoas das comunidades visitadas e dos registros encontrados no livro de ATA do CMDRS e do CEDAFRA o trator foi roubado, o caso foi denunciado na época ao CEDAFRA e nada foi feito para que diligências fossem realizadas, mesmo havendo fortes indícios de que o trator estava na propriedade do ex-prefeito conhecido por Zé de Dorinha em sua fazenda no Maranhão.

O sentimento da população é de descaso por parte das autoridades e descrédito do próprio CEDAFRA.

Meta 4 – Construção de (01) viveiro de mudas para reflorestamento

Beneficiários: Sítio Tatajuba

Esta meta foi realizada em parte, visto que o viveiro construído no Sítio Tatajuba nunca forneceu mudas para reflorestamento. A alteração realizada para mudança de local partiu da Secretaria de Agricultura do Estado juntamente com a Secretaria de Agricultura do município.

No local há apenas indício do que foi o viveiro no passado, ou seja, não existe mais nada. As mudas nunca chegaram a ser produzidas no viveiro em sua curta vida útil.



Foto 13: Local onde deveria estar funcionando o viveiro de mudas para reflorestamento

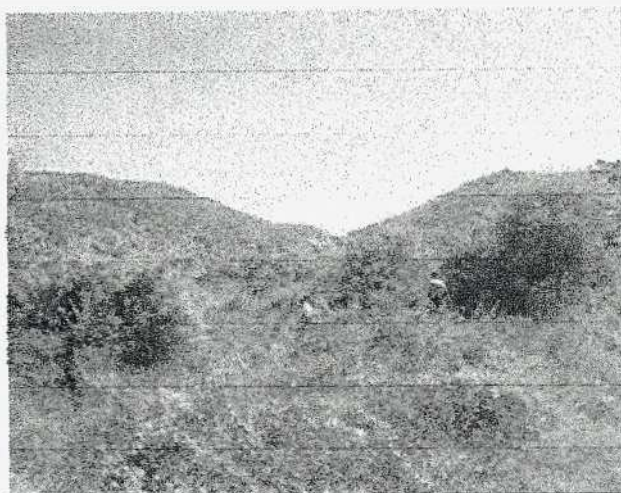


Foto 14: Vista panorâmica do local onde deveria estar funcionando o viveiro de mudas para reflorestamento



Foto 15: Restos de sacos plásticos utilizados para a produção de mudas



Foto 16: Tabuleta indicando uma das espécies que eram produzidas.

Meta 5 – Construção de (01) centro de treinamento

Beneficiários: Sítio Tatajuba

Esta meta foi realizada, contudo o local foi remanejado pela Prefeitura Municipal para a sede do município de Água Branca e não o Sítio Tatajuba inicialmente proposto.



Foto 17: Vista frontal do Centro de Treinamento.

Meta 6 – Construção de (01) passagem molhada

Beneficiários: Sítio Cal/Lagoa das Pedras

A passagem molhada que liga a localidade Sítio Cal com Lagoa das Pedras foi construída e gerou um grande benefício em virtude de antes da construção da passagem ser impossível o tráfego de veículos e/ou mesmo pessoas durante o período de chuvas mais fortes.

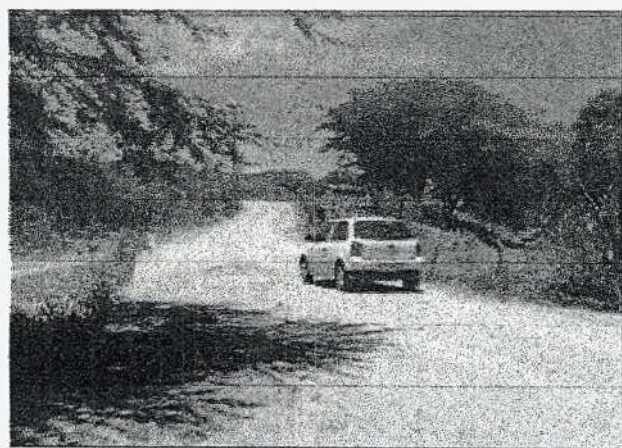


Foto 18: Vista frontal da passagem molhada construída na estrada que liga a comunidade Cal a Lagoa das Pedras.

Meta 7 – Capacitação para agricultores 2, Reciclagem de Lixo e Associativismo/Cooperativismo

Beneficiários: Aldeia Indígena Calanco, Quixabeira, Tingui, Várzea do Pico, Sítio Onça, Tatajuba, Olaria, Mulungu e Paraíso.

A capacitação em Reciclagem de Lixo não ocorreu, pois dependia da meta "Construção de Mini Usina para Compostagem e Reciclagem de Lixo", cujos recursos disponibilizados pelo PRONAF Infra-estrutura foram relocados para a Construção do Centro de Treinamento. Já a capacitação em associativismo/cooperativismo ocorreu.

Meta 8 – Viajem de Intercâmbio 1

Beneficiários: Agricultores

Meta não quantificada devido à falta de informações mais precisas. porém segundo informações foi executada.

Contrato: 126472-67/01

Meta 1 – Ampliação da rede de abastecimento de água em 1.800 m

Beneficiários: Sítio Papaterra

A rede de abastecimento foi implantada e funciona regularmente atendendo em média 50 (cinquenta) famílias, segundo informações do morador o Sr. Cícero Fernandes do Nascimento.

A ampliação da rede foi realizada, contudo houve alteração em sua meta, ou seja, a ampliação realizada foi de 1.600m e não 1.800m.



Foto 19: Entrevista com o Sr. Cícero Fernandes do Nascimento, morador do Sítio Papaterra.

Meta 2 – Construção de rede de distribuição de água 2.170 m.

Beneficiários: Cacimba Cercada, Covões de Cima e Lagoa do Feijão.

A rede de abastecimento foi implantada e funciona regularmente.

Meta 3 – Construção de (01) barragem

Beneficiários: Comunidade do Pinhão

Através de informações coletadas com moradores já existia uma barragem na comunidade Pinhão e a Prefeitura Municipal fez apenas uma pequena ampliação utilizando mais ou menos 50 (cinquenta) horas máquinas. A barragem é pequena e em períodos de estiagem prolongada não é capaz de atender ao consumo de animais e pessoas da comunidade.

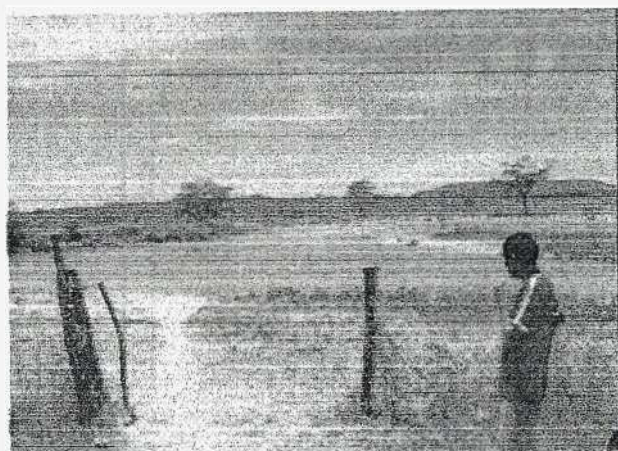


Foto 20: Ampliação de barragem na comunidade Pinhão. A área ao redor encontra-se cercada com cerca de arame.

Meta 4 – Construção de (01) Cisterna

Beneficiários: Comunidade de Cacimba Cercada

A cisterna foi construída na comunidade Cacimba Cercada e não para a comunidade Exú inicialmente prevista. Esta escolha decorre do fato da Prefeitura, na época, já ter construído uma cisterna na comunidade Exú.

Esta mudança foi devidamente acompanhada e aprovada pelo Conselho Fiscalizador (CONDERAL) na época.



Foto 21: Presença de rede de abastecimento, chafariz e cisterna na comunidade Cacimba Cercada.

Meta 5 – Complemento das obras do Centro de Treinamento

Beneficiários: Centro de treinamento

Os recursos oriundos da meta Construção de mini-usina de compostagem e reciclagem de lixo foram remanejados para complementar as obras do Centro de Treinamento, contudo de acordo com

representantes do CONDERAL, estava prevista a construção de anexos como despensa que não foram construídos.

Na época foram feitas várias denúncias ao CEDAFRA através do CMDRS e nada foi feito.

Meta 6 – Equipamentos, móveis e utensílios para o centro de treinamento.

Beneficiários: Centro de treinamento

Os equipamentos foram adquiridos, assim como móveis e utensílios domésticos, contudo não se teve como quantificar e avaliar esta aquisição através do Conselho, pois não foi discriminado quantidade e produtos no projeto, apenas valor (verba).

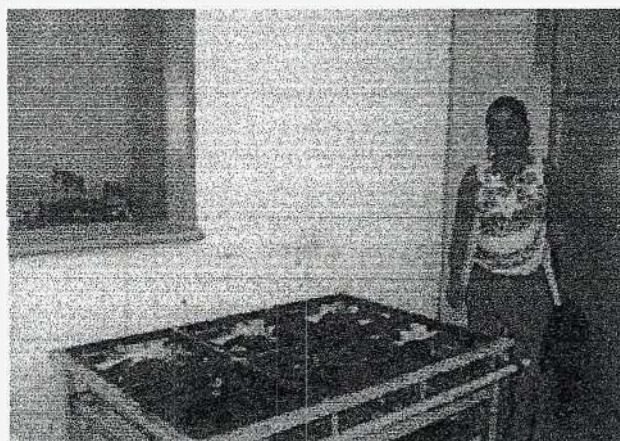


Foto 22: Fogão industrial do Centro de Treinamento.

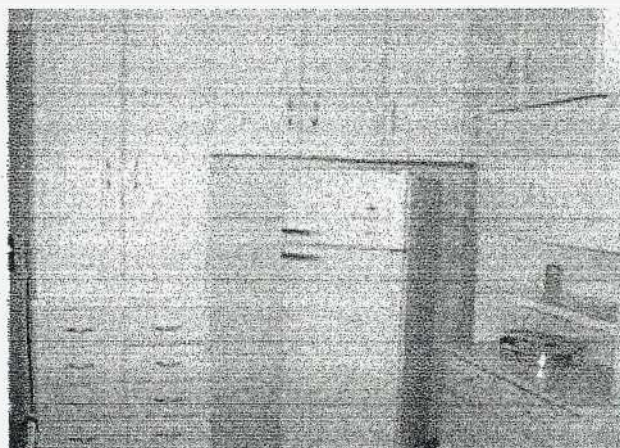


Foto 23: Compra de móveis e utensílios domésticos para o Centro de Treinamento.

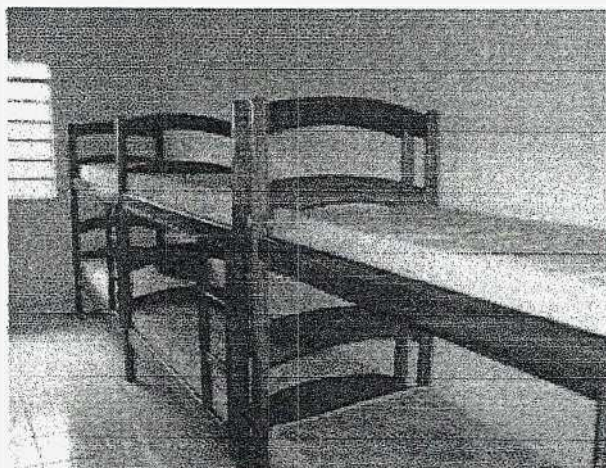


Foto 24: Camas com colchões do Centro de Treinamento.



Foto 25: Vista de uma das salas do Centro de Treinamento com as cadeiras.



Foto 26: Construção de passagem molhada em estrada que liga Boqueirão a Moreira de Cima.

Meta 7 – Construção de (01) passagem molhada Beneficiários: Boqueirão e Moreira de Cima

A passagem molhada foi construída e liga a estrada que vai da comunidade Boqueirão a Moreira de Cima.

A obra possibilitou grandes melhorias para as comunidades devido a possibilitar o trânsito de animais, pessoas e automóveis durante os períodos de chuvas mais intensos.

Meta 8 – Equipamentos para manipulação das ervas medicinais
Beneficiários: Centro de treinamento

Os equipamentos foram comprados.

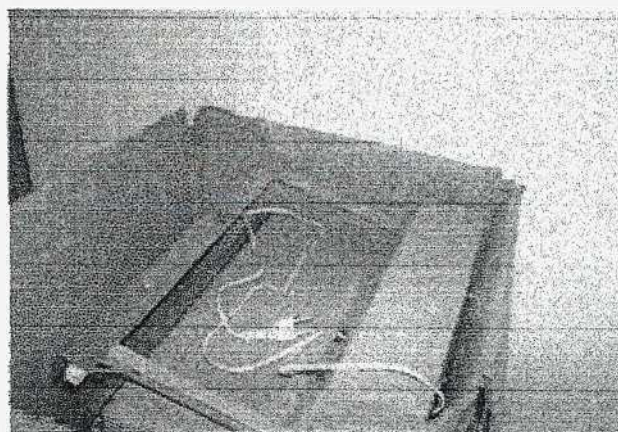


Foto 27: Seladora (equipamento para manipulação de ervas medicinais).



Foto 28: Equipamentos para manipulação de ervas medicinais.

Meta 9 – Capacitação para agricultores e filhos 07 cursos, associativismo/cooperativismo 03; caprinos/Ovinos 03; Ervas 01.

Beneficiários: Maxi/Covões de baixo. Boqueirão/Barro Preto e Cal e Moreira de Baixo. Tabuleiro, Cansação.

As capacitações passaram de 07 para 05, devido à defasagem de recursos.

Foram ministrados:

- 02 cursos de Associativismo/Cooperativismo, sendo um para pequenos produtores de cana de açúcar e o outro para agricultores do Povoado Boqueirão;
- 01 curso de Ervas Medicinais para um grupo de mulheres vinculadas ao Sindicato de Trabalhadoras Rurais;
- 02 cursos ovino/caprino para integrantes das comunidades Indígena Kalancos e Maxi.

Em média cada curso contou com 20 participantes com duração de 03 dias.

2.2. Canapi

Neste município foram monitorados 03 (três) contratos referentes aos anos de 1998,1999 e 2001.

Contratos /Ano	Metas
78328-60/98	Meta 1 – Aquisição de (01) trator de esteira com escarificador
	Meta 2 – Aquisição de (01) Caminhão com carroceria com capacidade para 12 ton.
	Meta 3 – Aquisição de (01) Dessalinizador
	Meta 4 – Recuperação de 40 km de estradas
89344-24/99	Meta 1 – Construção e proteção de (01) barragem
	Meta 2 – Desassoreamento e proteção de 10 barragens
	Meta 3 – Capacitação de agricultores 2 cursos Bovino e Caprino
	Meta 4 – Viagem de intercambio 2
124454-93/01	Meta 1 – Construção de (01) barragem
	Meta 2 – Construção de (05) passagens molhadas
	Meta 3 – Ampliação de fonte d'água com canalização
	Meta 4 – Recuperação de (04) das Sedes das Associações
	Meta 5 – Capacitação 4 cursos

Contrato: 78328-60/98

Meta 1 – Aquisição de (01) trator de esteira com escarificador.

Beneficiários: Sítios: Caititu, Cachoeira Grande, Areias, Fumaça, Carie, Riacho do Maurício, Queimada dos Birotas, Capoeira do Bezerra, Poço do Boi e Navio.

O trator com escarificador foi comprado pela Prefeitura dentro das especificações constantes no P/T.

No entanto o trator encontra-se parado necessitando de manutenção. Segundo informações do Sr. Rosevar Bernadino da Silva, Secretário de Transportes, os custos para reparo já foram orçados em cerca de R\$ 10.000,00 para que o mesmo possa ser recuperado.



Foto 29: Vista lateral de trator de esteira com escarificador no pátio de oficina para reparos.

Meta 2 – Aquisição de (01) Caminhão com carroceria com capacidade para 12 ton.

Beneficiários: Sítios: Areias, Fumaça, Carie, Riacho do Mauricio, Caititu, Queimada dos Birotas, Capoeira do Bezerra, Poço do Boi, Navio, Caititu, Queimada Redonda, Lucinda, Logrador e Furquilha.

O caminhão da marca GMC foi adquirido pela Prefeitura e atende as necessidades dos agricultores do município no transporte de produtos para comercialização, bem como a demandas da própria prefeitura.

Segundo informações do Sr. Rosevar Bernadino da Silva, Secretário de Transportes, recentemente o veículo foi enviado para a capital do Estado Maceió por necessitar de serviços especializados visando retificar problemas de freio, devido a esse fato não foi possível realizar nenhum registro fotográfico do veículo.



Foto 30: Entrevista com o Sr. Rosevar Bernadino da Silva, Secretário de Transportes.

Meta 3 – Aquisição de (01) Dessalinizador

Beneficiários: Comunidade Carié

O equipamento foi adquirido de acordo com o previsto no PT, contudo o dessalinizador encontra-se abandonado a cerca de 7 anos pela prefeitura que não dá manutenção.

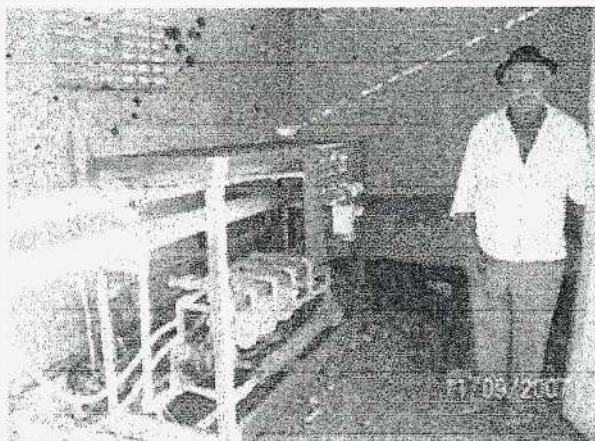


Foto 31: Vista do dessalinizador sem funcionamento na localidade Carié.



Foto 32: Local que abriga o dessalinizador da localidade Carié mostrado pelo morador rancisco Bento da Silva.

Meta 4 – Recuperação de 40 km de estradas

Beneficiários: Furquilha, C. Grande, Fumaça, Barro Branco, C. do Bezerro e Queimada Redonda.

Não há registros fotográficos que comprove a ação do projeto, contudo, há registros da execução da obra citada pelas comunidades beneficiadas.

Contrato: 89344-24/99

Meta 1 – Construção e proteção de (01) barragem

Beneficiários: Queimada dos Birotas

A barragem foi construída e encontra-se cercada com cerca de arame de 05 (cinco) fios. Serve para o consumo de mais ou menos 400 (quatrocentas) famílias do povoado Queimada dos Birotas, Samambaia, Mina Grande e Barro Branco.



Foto 33: Construção e proteção da barragem na localidade Queimada dos Birotas.

Meta 2 – Desassoreamento e proteção de 10 barragens

Beneficiários: Lucinda, Várzea Vermelha, Capiá, Areias, Impueiras, Queimada Redonda, Riacho do Mauricio, Bandeira, Caititu, Barro Branco.

Nesta meta não foi possível definir um percentual de execução, visto que, devido à falta de informação por parte da grande maioria dos entrevistados e dos mesmos não lembrarem ou se confundirem nas datas da realização de alguns serviços o que viria a mascarar os dados. Contudo em algumas barragens existe o relato de que foi realizado o dessassoreamento, não sabendo quanto tempo de hora/máquina foi gasto para a realização dos serviços.

Meta 3 – Capacitação de agricultores 02 cursos Bovino e Caprino

Beneficiários: Agricultores

Foi realizado, segundo relato de moradores de algumas comunidades, contudo a queixa foi geral que os cursos foram fracos e sem muito conteúdo, não havendo registro de práticas ou ações que resultaram em melhoria das criações.

Meta 4 – Viagem de intercâmbio 02(Ouricuri - PE e Nossa Senhora da Glória - SE)

Beneficiários: Agricultores

Foi realizado, contudo não há como dimensionar o número de participantes e dos resultados do mesmo.

Contrato: 124454-93/01

Meta 1 – Construção de (01) barragem

Beneficiários: Cachoeira Grande

A barragem foi construída na comunidade Cachoeira Grande, contudo o valor destinado a sua realização não corresponde aos recursos destinados. Não existe proteção, ou seja, a área não é cercada permitindo a entrada de animais para beber água o que contamina o reservatório, a cerca existente no local é das propriedades localizadas no entorno da barragem e só separam as terras da barragem das terras dos usuários. A barragem atende ao consumo de cerca de 50 famílias.



Foto 34: Construção de barragem na localidade Cachoeira Grande.



Foto 35: Vista panorâmica de barragem na localidade Cachoeira Grande.

Meta 2 – Construção de (05) passagens molhadas

Beneficiários: Forquilhas (02), Cova do Casado (01), Queimada Redonda (02)

As passagens molhadas foram construídas sem nenhuma qualidade de engenharia em todas as localidades.

Devido a este fato quando ocorrem chuvas mais torrenciais as passagens são arrastadas. Passado esse período a Prefeitura faz uma nova "passagem" e assim sucessivamente.



Foto 36: Cova do Casado local onde deveria haver uma passagem molhada, que foi construída, mas devido às últimas chuvas a mesma foi arrastada pelas águas do riacho.



Foto 37: Vista da 1ª passagem molhada na localidade Queimada Redonda



Foto 38: Vista da 2ª passagem molhada na localidade Queimada Redonda.



Foto 39: Vista da 1ª passagem molhada na comunidade Forquilhas.



Foto 40: Vista da 2ª passagem molhada na comunidade Forquilhas.

Meta 3 – Ampliação de fonte d'água com canalização

Beneficiários: Serra do Urubu/Cova do Casado

A meta que visava à ampliação da rede de distribuição de água foi realizada adequadamente. Foram construídos 13 km de tubulação com os recursos do PRONAF e a Prefeitura Municipal complementou a rede com mais 08 km.

De acordo com famílias da região o sistema funciona muito bem e em muito amenizou o sofrimento da população.

A água é captada na Serra do Urubu onde existe uma nascente e desce por gravidade para abastecer a comunidade Cova do Casado.



Foto 41: Ampliação de fonte d'água com canalização na localidade Cova do Casado.

Meta 4 – Recuperação de (04) das Sedes das Associações

Beneficiários: Queimada Redonda, Samambaia, Queimada dos Birotas e Várzea da Palha

Em algumas comunidades os recursos para a recuperação das sedes foram dos próprios moradores e não do PRONAF, o que leva a crer que os recursos foram desviados.

De acordo com informações coletadas nas comunidades a recuperação de sedes de associações com recursos oriundos do PRONAF somente ocorreram no povoado Queimada dos Birotas e Várzea da Palha, incluindo também a aquisição de cadeiras.

Na comunidade Samambaia, a Prefeitura não realizou nenhuma reforma, apenas iniciou a construção de um banheiro que não foi finalizado.

Na comunidade Queimada Redonda não há relatos de nenhuma melhoria seja com relação à infraestrutura seja com aquisição de cadeiras, itens obrigatórios dessa meta.

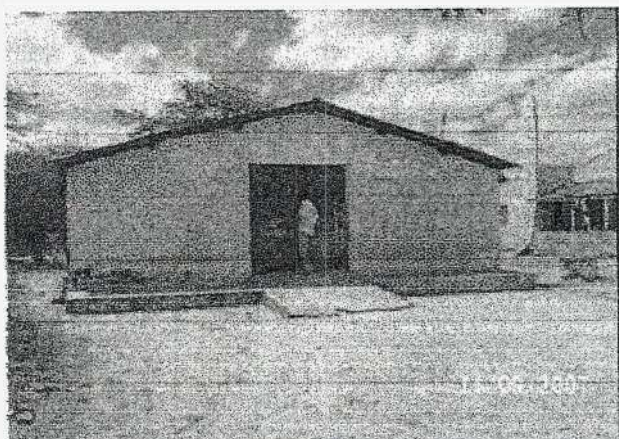


Foto 42: Sede da Associação Queimada dos Birotas.

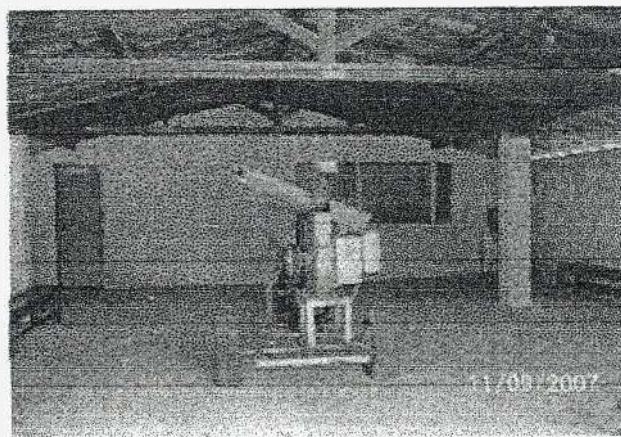


Foto 43: Vista interior da Associação Queimada dos Birotas.

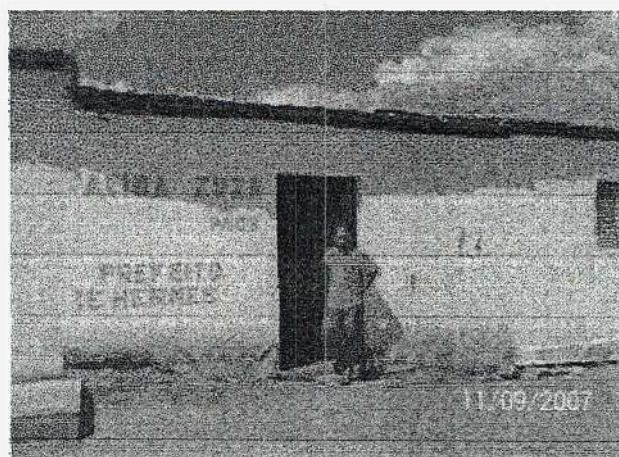


Foto 44: Vista frontal da Sede da Associação Queimada Redonda

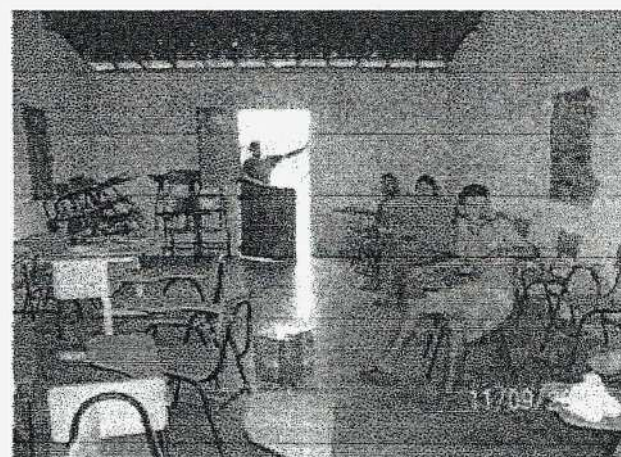


Foto 45: Vista do interior da Sede e das cadeiras da Associação Queimada Redonda.



Foto 46: Entrevista com o Sr. José Divo Rodrigues da Silva, morador de Queimada dos Birotas.

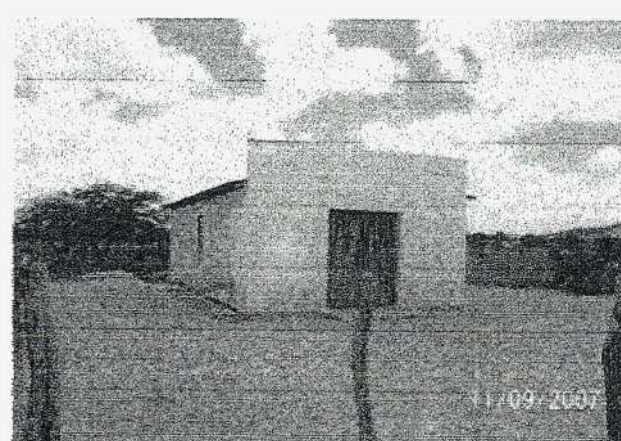


Foto 47: Associação Samambaia, que segundo relatos de moradores não foi reformada com recursos do PRONAF e sim da comunidade.



Foto 48: Sede da Associação Várzea da Palha.

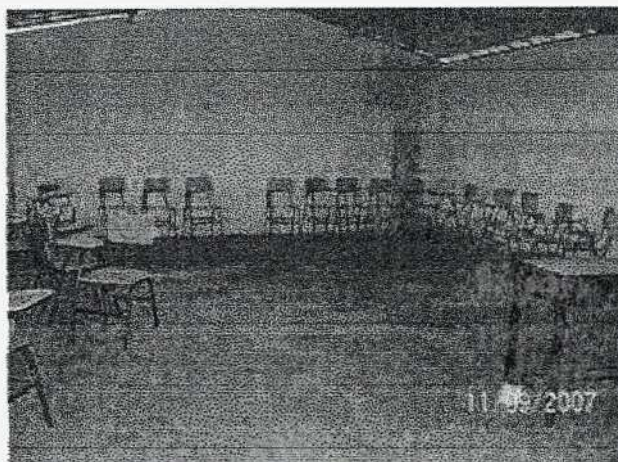


Foto 49: Vista do interior da Sede Várzea da Palha.

Meta 5 – Capacitação 04 cursos realizados na Sede do Município

Beneficiários: Agricultores

Os cursos foram realizados, contudo de baixa qualidade e sem que os capacitandos pudessem utilizar as informações previstas nos cursos para suas atividades nas propriedades.

Dados retirados do monitoramento realizado pela CIAT do Alto Sertão em Outubro de 2007. Monitoramento solicitado pelo MDA.